



Número: **0801437-58.2019.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **22/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.992,09**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE FERNANDES DE LUCENA (AUTOR)		CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22876 115	22/07/2019 11:46	Petição Inicial	Petição Inicial
22876 136	22/07/2019 11:46	PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HIP.	Procuração
22876 140	22/07/2019 11:46	DOCS. PESSOAIS	Documento de Identificação
22876 438	22/07/2019 11:46	Documento da moto	Outros Documentos
22876 706	22/07/2019 11:46	Comprovante de residência	Outros Documentos
22876 709	22/07/2019 11:46	Boletim de Ocorrência	Outros Documentos
22876 731	22/07/2019 11:46	Provas 01	Outros Documentos
22876 741	22/07/2019 11:46	Ficha Hospitalar	Outros Documentos
22876 748	22/07/2019 11:46	Radiografia do punho	Outros Documentos
22876 903	22/07/2019 11:46	Receitas	Outros Documentos
22876 907	22/07/2019 11:46	Recibos	Outros Documentos
22876 922	22/07/2019 11:46	Ressonância	Outros Documentos
22876 921	22/07/2019 11:46	Tomografia	Outros Documentos
22876 938	22/07/2019 11:46	Valor recebido da invalidez	Outros Documentos
22876 945	22/07/2019 11:46	Valor recebido danos materiais	Outros Documentos
22877 161	22/07/2019 11:46	Valores recebidos 01	Outros Documentos
22877 158	22/07/2019 11:46	Valores recebidos 02	Outros Documentos
30669 978	26/06/2020 00:38	Despacho	Despacho
32620 020	24/07/2020 09:22	Juntada de comprovante de renda	Petição

32620 021	24/07/2020 09:22	Extratos bancários	Documento de Comprovação
32625 455	25/07/2020 13:34	Decisão	Decisão
32795 270	30/07/2020 13:34	Mandado	Mandado

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA ____ VARA
DESTA COMARCA DE POMBAL ESTADO DA PARAÍBA**

JOSE FERNANDES DE LUCENA, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de identidade RG nº 792.039- SSP/PB e inscrito no CPF sob nº 291.579.004-34, domiciliado na Rua João Pereira de Mendonça, S/N, 1º andar, Petrópolis, Pombal, Estado da Paraíba, através de seu bastante e único advogado, que esta subscreve, com instrumento de procuração anexa, endereço *in fine* [\[1\]](#), vem com habitual respeito e acato perante Vossa Excelência, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT c/c REPARAÇÃO POR
DANOS MORAIS**

em face da **SEGURADA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.248.608/0001-04, podendo ser intimada através de seu departamento jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031.205, pelas razões de fato e direito a seguir articuladas:

I - PRELIMINARMENTE

Requer os **benefícios da justiça gratuita**, por ser pobre na forma da lei em virtude de que a requerente na qualidade de beneficiária da justiça gratuita não tem condições financeiras de custear as despesas processuais.

Nestes moldes, faz jus ao benefício da Gratuidade de Justiça, na forma do artigo 98, do NCPC.

II - DOS FATOS



No dia 07/12/2018, por volta das 16h10, no km 405,8 da BR-230, em Pombal-PB, ocorreu um acidente, do tipo colisão lateral seguido de queda de ocupante de veículo, com o Autor lesionado. Os veículos envolvidos foram a motocicleta HONDA/NXR150 BROS ES conduzido pelo o mesmo e o ônibus SCANIA/K113 CL.

No momento da chegada da equipe da PRF ao local do acidente, a ambulância do SAMU socorreu o Condutor o Hospital Regional de Pombal.

Passado alguns dias, o Promovente requereu administrativamente indenização por invalidez permanente e danos.

No que se refere ao pagamento de Despesas Médica, devidamente comprovadas, foi pago o valor de R\$ 1.645,41 (mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos), pois como se observa nos recibos acostados, foram gastos R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), devendo ser pago R\$ 604,59 (seiscentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos) referente a despesas médicas.

Já em relação ao valor da indenização, foi pago R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), quando na verdade, deveria ser pago pela Perda completa da mobilidade de um ombro, cotovelo, punho, dedo polegar, quadril, joelho ou tornozelo, R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), restando 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Cumprе ressaltar que o valor recebido administrativamente NÃO FOI ATUALIZADO, onde deveria ter sido corrigido pelos índices legais e com juros de mora de 1,0% a contar da data do sinistro, como determina a legislação vigente.

Verifica-se **que ocorreu o dano moral**, pois a parte autora, acreditando receber os valores devidos, viu-se amargando pelo sofrimento de não ter um direito básico ser atendido.

Logo, nos leva a concluir pelas sequelas permanentes do mesmo, em face do prejuízo e do constrangimento, frustração e desamparo e diante da obrigação de pagar e da má-fé da seguradora conveniada ao consórcio DPVAT, não restou alternativa ao demandante, senão pleitear seu direito na via judicial.

III – DO DIREITO



A Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nº 8.441/92, nº 11.482/07 e 11.945/09 dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Em conformidade com o artigo 3º da citada Lei, danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos o que nos diz este artigo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifo nosso).

A parte autora buscou na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, entretanto, teve o seu direito preterido em face de pagamento a menor do que a legislação determina, pois o valor a ela pago foi o de **R\$ 1.687,50** (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), referente à natureza invalidez, restando à diferença que ora pleiteia, já que o correto valor determinado pela Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de **R\$ 1.687,50** (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) para **fratura não consolidada de um dos punhos, referente ao braço e R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), referente a mobilidade dos ombros**, que é o caso da parte demandante.

No que se refere ao pagamento de Despesas Médica, devidamente comprovadas, foi pago o valor de R\$ 1.645,41 (mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos), pois como se observa nos recibos acostados, foram gastos R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais), devendo ser pago R\$ 604,59 (seiscentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos) referente a despesas médicas.

Salienta-se que o requerente faz jus ao valor da **Lesões**, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos **o nexo causal entre o acidente e a lesão permanente**, pois conforme o Art. 5º da Lei 6.194/74, não há que se discutir acerca da culpabilidade da vítima no evento danoso, devendo-se reconhecer a responsabilidade objetiva, visto que o



pagamento da indenização do seguro obrigatório se satisfaz diante da comprovação do acidente e do nexo causal, independentemente da aferição de culpa pelo sinistro, senão vejamos:

Art. 5º. **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso).

Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que fez o referido pagamento, pois se assim não fosse, obviamente, a mesma não teria efetuado o pagamento nem mesmo do citado valor.

Logo, não cabe à demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexo causal e direito da parte autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder da demandada.

Ainda sobre o direito do requerente, a jurisprudência dominante, seguindo orientação do STJ, orienta que em havendo debilidade permanente no segurado, cabe a este o direito de receber da seguradora **a indenização, desde que haja a comprovação do acidente e seja configurado o caráter permanente da lesão sofrida, não havendo necessidade de comprovação de pagamento do DUT, tão pouco de graduação da debilidade**, senão vejamos:

“A lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência.

A jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização (TJDF – 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, ACJ n. 2001.01.1.095419-9, Relator Juiz Benito Augusto Tiezzi, julgado em 08/05/2002)”. (2º JEC, COMARCA DE JOÃO PESSOA, PROCESSO DE Nº 200.2005.008.340 – 7) (no mesmo sentido: processo nº 200.2005.060.373 – 3, 1º JEC, Comarca João Pessoa). (grifo nosso).

IV. 1- DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA



Como se não bastasse, os valores a menor **NÃO FORAM ATUALIZADOS** desde a data do sinistro, como determina a jurisprudência pátria:

“ACIDENTE DE VEÍCULO – INDENIZAÇÃO

-Sentença - Fundamentação sucinta - Nulidade -Inocorrência - Art. 458 do CPC - Motorista que para o caminhão na rodovia de forma imprudente - Culpa Comprovada - Reparação devida - Indenização por danos morais reduzida para 200 salários mínimos - Pensão mensal devida na proporção de 1/3 até a data em que o filho completaria 65 anos - Abatimento da indenização por danos morais do pagamento do seguro DPVAT - Indevido - **Incidência dos juros de mora a partir da data do acidente.**

(TJSP – APL 992070411920 – 35ª Câmara de Direito Privado – Relator: Melo Bueno – Julgado em 15/03/2010).” (grifo nosso).

No que tange a respeito da correção monetária, é certo adotar a data do evento danoso, pois como se sabe, a correção monetária não constitui parcela que se agrega ao principal, mas simplesmente recomposição do valor e poder aquisitivo deste. Tratando, apenas, na verdade, de nova expressão numérica do valor monetário aviltado pela inflação, pois quem recebe com correção monetária não recebe um “plus”, mas apenas o que lhe é devido, em forma atualizada.

Este é o entendimento do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. - Nas razões do agravo regimental, devem ser expressamente impugnados os fundamentos lançados na decisão hostilizada. Incidência da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

II - "A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento." (REsp 788712/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 9.11.09).

III - Em âmbito de recurso especial não há campo para se revisar entendimento assentado em provas, conforme está sedimentado no enunciado 7 da Súmula desta Corte.



IV - Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.

V - Agravo Regimental improvido.

(STJ, AgRg no Ag 1368263 - GO, Ministro SIDNEI BENETI, DJe 03/06/2011). (grifo nosso).

Portanto é justo que a correção monetária seja devida desde a data do acidente, ou seja, do efetivo prejuízo, para preservar o poder de compra do valor da indenização e, conseqüentemente, evitar o enriquecimento ilícito ou sem causa da seguradora. Assim sendo, é correta a incidência de atualização monetária e dos juros de mora desde a data do sinistro, qual seja **07/12/2018**.

V - DO DANO MORAL:

Verifica-se que o ato de sonegação parcial de indenizar o valor integral previsto na lei do Seguro Obrigatório – DPVAT (art. 3º, alínea a da lei 6194/74) configura ato ilícito, o que decorre, nos termos dos art. 186 e 927 do CCB vigente c/c art. 6º, VI do CDC, a obrigação de indenização pelo dano causado, *in verbis*:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

I – *omissis*.

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;



Ad argumentandum, que a eventual alegação por parte da PROMOVIDA de que a parte AUTORA deu quitação do valor estipulado no contrato de seguro não pode hipótese alguma prosperar, haja vista que conforme dita o art. 25 do Código do Consumidor Brasileiro e demais legislações aplicáveis à espécie há vedação expressamente a estipulação contratual que exonere ou atenuar a obrigação de indenizar.

Por conseguinte, observa-se que já é pacífico tanto na doutrina quanto na jurisprudência que a responsabilidade do causador por dano moral decorre tão simplesmente do fato do ato ilícito, sem necessidade de se provar prejuízo amargado, senão vejamos jurisprudência do STJ:

“A concepção atual da doutrina orienta-se no sentido de que a responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação. **Verificado o evento danoso, surge a necessidade de reparação, não havendo que se cogitar da prova do prejuízo, se presentes os pressupostos legais para que haja a responsabilidade civil.** Desse modo a responsabilização do ofensor origina do só fato da violação do “*neminem laedere*”. Significa, em resumo, que o dever de reparar é corolário da verificação do evento danoso, dispensável, ou mesmo incogitável, a prova do prejuízo”.

(STJ – 4ª Turma – Resp. nº 23.575 – DF – Rel. César Asfor Rocha - 9.6.97 – DJU 1.9.97 – Repert. INOB de J. 20/97, Cad. 3, p. 395, nº 13678, e RST 98/270). (grifo nosso).

Tendo em vista os malsinados atos praticados pela ré que, se aproveitando da condição de hipossuficiência da parte demandante infringiu a lei para obter um lucro maior, assim como em razão da equação utilizável em todos os tribunais pátrios, consistente na razão de a indenização deve ser o suficiente a desencorajar o autor do dano a praticar novamente a mesma conduta sem causar o enriquecimento sem causa da vítima com o pagamento de indenização, aponta-se como parâmetro para o arbitramento do valor de indenização a título de dano moral, o valor da diferença entre o valor a que tem direito e o efetivamente recebido do seguro.

VI – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

No caso em tela temos que a relação entre a seguradora e o destinatário final da indenização do seguro DPVAT caracteriza-se como uma relação de consumo, já que estão presentes todos os elementos subjetivos e objetivos da relação, descritos nos art. 2º e 3º do CDC.



Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Desse dispositivo depreende-se que havendo hipossuficiência do consumidor, é direito básico seu a facilitação da defesa de seus direitos **com a inversão do ônus da prova**. Trata-se do Princípio da Isonomia, pois o consumidor é a parte mais fraca e vulnerável na relação de consumo, devendo ser tratado de forma diferenciada, a fim de que seja alcançada a igualdade real entre os participantes da relação de consumo.

Assim, visando a economia processual, requer, desde já, o deferimento do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a PROMOVIDA seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório – DPVAT recebidos pela parte AUTORA, vez que toda documentação aludida ao processo ficou retida com a seguradora e esta não possibilitou o acesso da parte AUTORA tanto às documentações quanto aos exames realizados.

VII - DA JURISPRUDÊNCIA

A legislação do seguro obrigatório não faz qualquer diferenciação entre invalidez total ou parcial. Tal lei apenas exige, para que o lesionado faça jus ao recebimento da indenização, em seu limite máximo, que a invalidez tenha sido permanente. Destarte, ainda que se trate de invalidez parcial, desde que seja permanente, o lesionado tem direito ao recebimento integral da indenização, conforme artigo 3º inciso II, da Lei 6.194/74, já que esta não faz distinção quanto ao alcance da invalidez.

A jurisprudência pátria já se manifestou favoravelmente ao pagamento de indenização no limite máximo permitido pela legislação específica em caso de lesão que culminou em debilidade ou deformidade permanente da vítima, em situação análoga a seguir transcrita:

ACÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM 10.08.2008. SUSCITADA A ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM SOB O ARGUMENTO DE QUE O AUTOR DEVERIA AJUIZAR A DEMANDA EM FACE DA SEGURADORA QUE ATUA COMO ADMINISTRADORA DO SEGURO OBRIGATÓRIO. INSUBSISTÊNCIA, RESPONSABILIDADE DE TODAS AS SEGURADORAS QUE OPERAM NO SEGURO DPVAT. INTELIGÊNCIA DO ART. 7º DA LEI N.º 6.194/74. ALEGADA A CARÊNCIA DE ACÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR EM DECORRÊNCIA DA PLENA QUITAÇÃO DADA PELO BENEFICIÁRIO. RECIBO DA



QUANTIA EFETIVAMENTE PAGA QUE NÃO IMPORTA RENÚNCIA AO DIREITO DE POSTULAR EM JUÍZO A DIFERENÇA. ARGUIDA A FALTA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA ATRAVÉS DE LAUDO MÉDICO. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE OUTRA PERÍCIA MÉDICA. PRELIMINARES AFASTADAS. **INDENIZAÇÃO DEVIDA NO VALOR DE R\$ 13.500,00. QUANTIA ARBITRADA PELO JUÍZO A QUO COM BASE NAS ALTERAÇÕES DA LEI N.º 6.194/74 REALIZADAS PELA LEI N.º 11.482/07. NORMAS DA CNSP E DA SUSEP.** INAPLICABILIDADE. IRRELEVÂNCIA DA EXTENSÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA DO SEGURADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. FIXAÇÃO DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO FEITO A MENOR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA RÉ CONFIGURADA. RECONHECIMENTO EX OFFICIO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Para pleitear a complementação do pagamento de indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, pode o beneficiário ingressar em juízo contra qualquer seguradora integrante do convênio, mesmo que o pagamento parcial tenha sido realizado por empresa diversa.

A quitação passada pelo beneficiário do seguro obrigatório em valor menor do que o efetivamente devido não impede a pretensão daquele à complementação da quantia que lhe é garantida por lei e por isso, não há como reconhecê-lo carecedor de ação.

No Estado Democrático de Direito não há permissão para que os órgãos como a SUSEP, editem resoluções que criem ou restrinjam direitos e obrigações, mesmo porque, estar-se-ia colocando aquela norma infralegal na mesma hierarquia de uma lei emanada do Poder Legislativo, decorrentemente do princípio da reserva legal. Em suma, os princípios da reserva legal e da hierarquia das leis não se coadunam com qualquer iniciativa legislativa que inove (modifique ou suprima), sem observância do devido processo legislativo, núcleo da democracia representativa.

Se a lei instituidora do DPVAT não estabelece distinção entre o grau de invalidez (total ou parcial) a vítima de acidente de trânsito, para efeito de pagamento de indenização securitária, é de se ter como absolutamente correta e justa a interpretação que estabelece o pagamento integral da referida verba, que a teor do art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, na redação da Lei nº 11.482/07, deve correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). E onde a lei expressamente não distingue ou restringe, falece ao julgador interpretar e concluir nesse sentido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2010.002854-2, da comarca de Itajaí (1ª Vara Cível), em que são apelantes BCS Seguros S/A e outro, e apelado Carlos Alberto dos Santos: ACORDAM, em Terceira Câmara de Direito Civil, por votação unânime, afastar as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso e, de ofício, aplicar multa e indenização por litigância de má-fé à seguradora apelante. Custas legais. (grifo nosso) (TJSC, Apelação Cível nº 2010.002854-2, Rel. Marcus Túlio Sartorato, data 23/02/2010). (grifo nosso).

Demonstrado está o direito do autor em receber o valor de indenização de seguro obrigatório que culminou em debilidade e deformidade permanente, restando à requerida o dever de efetuar o seu pagamento, devidamente corrigido desde a data do fato.



Ademais, a jurisprudência se posiciona no sentido de que:

“Não há, para efeito de pagamento da indenização, obrigatoriedade da apresentação do laudo do Instituto Médico Legal quantificando as lesões sofridas pelo segurado. Isto, aliás, fica evidenciado no § 1º do Art. 5º da Lei do DPVAT que exige, para o pagamento do seguro obrigatório, apenas registro policial do sinistro e, conseqüentemente, prova dos danos pessoais sofridos”. (RT 54025-2). (grifo nosso).

Por fim, a parte autora, não encontrando outra forma de solucionar o litígio, vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

VIII - DOS PEDIDOS

Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, o autor requer de Vossa Excelência:

a) Que seja deferida a **inversão do ônus probandi em face da hipossuficiência da parte promovente** e com base na economia processual, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo relativo ao seguro obrigatório DPVAT da parte autora, vez que toda documentação aludida àquele processo ficou, sem que esta concedesse o acesso às informações ali contidas, uma vez que pode auxiliar no deslinde da demanda de modo mais célere, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos relatados na inicial;

b) A **citação da promovida** no endereço retro declinado, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

c) A **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, para:

c.1) Condenar a promovida a pagar a quantia que corresponde à **diferença** entre o valor legal e o montante pago até o momento, referente ao seguro DPVAT, o que totaliza o valor de **R\$ 5.625,00 (cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais)**, descontado **R\$ 3.332,91 (três mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos)**, restando **R\$ 2.292,09 (dois mil duzentos e noventa e dois reais e nove centavos)**, face a invalidez permanente sofrida pela parte autora adquirida através de sinistro de acidente de



trânsito, devidamente corrigida e com juros de mora desde a data do sinistro **(07/12/2018)**, conforme entendimento dos Tribunais Superiores e conforme farta documentação acostada e ainda o valor de **R\$ 2.225,00 (dois mil e setecentos reais)**, referente as despesas médicas;

c.2) Condenar a promovida a pagar, ainda, a título de danos morais, quantia de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, em razão do ato ilícito representado pela violação à Lei 6194/74 (arts. 3º, 5º, § 1º), valor este utilizado como parâmetro para arbitramento, nos termos das razões esposadas acima, valor este acrescido de correção monetária e juros de mora;

d) Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas e despesas processuais;

e) **Requer seja deferido o benefício da Justiça Gratuita**, por ser a parte demandante pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família de acordo com o art. 98 do NCPC;

f) Que o autor seja submetido **A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL**, devendo os honorários periciais correrem às custas da parte vencida ao final da ação.

A parte Autora opta pela **NÃO** realização da audiência de conciliação e mediação, tendo em vista não haver proposta de acordo nessa fase.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente documental, depoimento pessoal da parte, sem prejuízos das demais possíveis.

Dá-se a presente, o valor de **R\$ 6.992,09 (seis mil novecentos e noventa e dois reais e nove centavos)**, para efeitos fiscais.

Nestes Termos,

Pede e aguarda deferimento.



Pombal - PB, 22 de julho de 2019.

BEL. CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA

ADVOGADO - OAB/PB 21.101

[1] Rua Miguel Alves da Silva, 28, Petrópolis, Pombal – PB, CEP: 58840-000, email: evandroqueiroga.adv@hotmail.com, Cel. 83-98132-0080 (vivo)/ 83 –99970-6734 (TIM)



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Otorgente: JOSE FERNANDES DE LUCENA, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de Identidade de nº. 792.039 - SSP/PB, e inscrito sob o CPF de nº 291.579.004-34, residente e domiciliado João Pereira de Mendonça, s/n, 1º andar, Petrópolis, Pombal – PB.

Otorgado: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA, brasileiro, casado, RG. 2.264.265 SSP/PB, CPF. 030.823.674-29, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 21.101, seccional da Paraíba, com endereço profissional na Rua Miguel Alves da Silva, 606, Petrópolis, Pombal – PB.

Confere poderes: Para o foro em geral, com a cláusula ad judícia – “et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo para tanto ajuizar as ações competentes, qualquer instância administrativa ou judicial, inclusive as de falência, e defendê-lo(s) nas contrárias seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, receber alvará, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, receber alvará, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato, inclusive para representá-lo junto a autarquias públicas federais, estaduais e municipais, requerer cópias ou assinar qualquer documento junto ao INSS, o qual servirá também como contrato de honorários advocatício, que será de 20% (vinte por cento) por cento do valor bruto que o outorgante vier receber do atrasado, seja judicial ou administrativamente.

Pombal – PB 10/05/2019

Jose Fernando de Lucena



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

JOSE FERNANDES DE LUCENA, brasileiro, casado, aposentado, portador da cédula de Identidade de nº. 792.039 - SSP/PB, e inscrito sob o CPF de nº 291.579.004-34, residente e domiciliado João Pereira de Mendonça, s/n, 1º andar, Petrópolis, Pombal – PB, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos do Art. 98 do NCPC, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Pombal – PB 10/05/2019

Jose Fernandes de Lucena



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 792.039 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 07/10/2014

NOME JOSÉ FERNANDES DE LUCENA

FILIAÇÃO JOAQUIM FERNANDES DA SILVA VALDECI LUCENA FERNANDES

NATURALIDADE SANTA TEREZINHA-PB DATA DE NASCIMENTO 02/02/1952

DOC ORIGEM CERT CAS Nº7731 - LIV.B-65 - FLS 130 - CARTORIO POMBAL-PB

CPF 291.579.004-34

LEI Nº 7.116 DE 29.08.83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO L-235





José F. de Lucena
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CÓDIGO DE CONTROLE
06BE.917E.B55D.1700

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:50:30 do dia 07/10/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas 

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
291.579.004-34

Nome
JOSE FERNANDES DE LUCENA

Nascimento
02/02/1952

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

SAC CAIXA: 0800 726 0101 / Deficiente Auditivo ou de Fala: 0800 726 2482

ASSINATURA AUTORIZADA
 734

Este cartão é pessoal e intransferível.
Residência Comercial: 3004-1105 (Capitais e regiões metropolitanas)
0800 726 0505 (demais regiões)
Ouvidoria: 0800 725 7474 caixa.gov.br

CAIXA
AQUI Banco24Horas

CAIXA
POUPANÇA




6277 8013 6867 0349
JOSE FERNANDES DE LUCENA
0732 013 00029268-2 10/21 



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº **014202708160**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 CÔD. RENAVAM: 0017603215-0 RNTM: 00/00000000 EXERCÍCIO: 2018

NOME: JOSE FERNANDES DE LUCENA

CPF / CNPJ: 29157900434 PLACA: NPX3090/PB

PLACA ANT / UF: NOVO PB CHASSI: 9C2KD04209R046656

ESPECIE TIPO: PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTÍVEL: GASOLINA

MARCA / MODELO: HONDA/NXR150 BROS ES ANO FAB: 2009 ANO MOD: 2009

CAP / POT / CIL: 2 P/149 / CI CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: VERMELHA

COTA ÚNICA: 00/00/0000 VENC. COTA ÚNICA: 1ª VENC. / COTAS: 2ª 3ª

FAIXA I.P.V.A.: 0 PARCELAMENTO / COTAS: 2ª 3ª

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): ***** IOF (R\$): ***** PRÊMIO TOTAL (R\$): ***** DATA DE PAGAMENTO: 03/12/2018

***** **SEGURO P A G O** *****

OBSERVAÇÕES: SEM RESERVA DE DOMÍNIO OBRIGATORIO NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

LOCAL: POMBAL-PB DATA: 03/12/2018

36633 14214

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 014202708160 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2018 DATA EMISSÃO: 03/12/2018

VIA: 1 CPF / CNPJ: 29157900434 PLACA: NPX3090/PB

RENAVAM: 0176032150 MARCA / MODELO: HONDA/NXR150 BROS ES

ANO FAB: 2009 CAT. TARE: 9 Nº CHASSI: 9C2KD04209R046656

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$): ***** DENATRAM (R\$): ***** CUSTO DO SEGURO (R\$): *****

CUSTO DO BILHETE (R\$): ***** IOF (R\$): ***** TOTAL A SER PAGADO PELO SEGURADO (R\$): *****

***** **SEGURO P A G O** *****

PAGAMENTO: COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO: 03/12/2018

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.808/0001-04

14214-0912341-20181203



CILENE DA COSTA FERNANDES
R00 BR 230, S/N - FCO PEREIRA
POMBAL / PB CEP: 58340000 (A/G: 227)



Ligação TRIFÁSICO
Cis/Sbc COMMTCB3 / COMERCIAL - COMERCIAL
Roteiro: 18 - 227 - 261 - 711 Referência: Mar / 2019
Medidor: 00008798919 Emissão: 29/03/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br230, Km25 - Distrito Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-830
CNPJ: 09.095.133/0001-40 - Insc. Est. 16.015.822-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 022.657.914
Cód. pam Déb. Automático: 00017978784

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mar / 2019	28/03/2019	29/04/2019	499.322.844-91 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1797878-4

Canal de contato

Com a fatura por e-mail, você ajuda a preservar o meio ambiente, tem o controle de seu consumo a qualquer momento e sempre um comprovante de residência na mão. Entre em contato por um dos nossos canais e solicite a sua!

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dias	
Data	Leitura	Data	Leitura						
27/02/19	784	28/03/19	784	1		0			29

Demonstrativo											
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/	Valor Base Calc/		Alq	Icms(R\$)		Base Calc/	Pis(R\$)	Cofins(R\$)
				Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)		ICMS	Pis/Cofins(R\$)			
0001	Custo de Disponibilidade			82,88	82,88	25	20,71	82,88	0,88	4,08	
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS											
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			0,29	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
0804	JUROS DE MORA 02/2019			0,06	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
0805	MULTA 02/2019			1,65	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
CCI: Código de Classificação do Item				TOTAL	90,88	82,88	20,71	82,88	0,88	4,08	
Tarifa/s/ Tributos				0,571770							

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
104	04/04/2019	R\$ 90,88

Histórico de Consumo (kWh)

76	78	174	114	109	0	0	1	0	1	0	0
Mar/18	Abr/18	Maio/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Sep/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19

RESERVADO AO FISCO

7609.df85.3fef.c750.a2b2.5afe.62d4.4a83.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
1/2019 - Pontual						
	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIG MENSAL	5,51	0,00	NOMINAL 380	Serviços de Dist. do Energisa/PB	20,29	22,33
DIG TRIMESTRAL	11,02			Compra de Energia	28,94	31,84
DIG ANUAL	26,54			Serviço de Transmissão	3,16	3,49
FIC MENSAL	2,38	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 350	Encargos Setoriais	4,80	5,29
FIC TRIMESTRAL	6,72			Impostos Diretos e Encargos	30,89	33,97
FIC ANUAL	15,45	0,00	LIMITE SUPERIOR 399	Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	5,48					
DICRI	12,22					
				Total	90,88	100,00

Valor do EUSD (Ref. 1/2019) R\$ 90,23

ATENÇÃO

Faturas em atraso

- Imóvel desocupado com acesso ao medidor Consumo Abaixo da Média Mensal.





PRF

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

PROTOCOLO: Nº 18069378B01



Maiores dúvidas acesse: www.prf.gov.br/portal



Para cópia do seu Boletim acesse o sítio: www.prf.gov.br/novobat /consultar Informe o número do protocolo e o CPF/CNPJ de um dos envolvidos no acidente; e Clique em imprimir.



Atenção: As vítimas de acidente têm direito ao recebimento do Seguro DPVAT. Para maiores informações, acesse: www.dpvatseguro.com.br Em casos de avaliação de danos com MÉDIA ou GRANDE MONTA, verificar os trâmites da Resolução 544 do CONTRAN. Procure o órgão estadual de trânsito (DETRAN) do seu Estado, antes de fazer reparos no veículo.



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.

191





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01

INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 07/12/2018 Hora: 16:10 Município: POMBAL/PB
BR: 230 KM: 405,8 Sentido: Crescente
Policial responsável pelo atendimento: J. RAPOSO, 1969628

ASPECTOS DO LOCAL

Tipo de via: Principal	Tipo de pavimento: Asfalto
Tipo de pista: Simples	Condição da Pista: Seca
Estrutura Viária: Ativa	Localidade urbanizada: Sim
Acostamento: Sim	Canteiro Central: Não
Condição meteorológica: Céu Claro	Fase do dia: Pleno dia

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO DECRESCENTE



SENTIDO CRESCENTE

NARRATIVA

No dia 07/12/2018, por volta das 16h10, no km 405,8 da BR-230, em Pombal-PB, ocorreu um acidente, do tipo colisão lateral seguido de queda de ocupante de veículo, com vítima (1 lesionada). Os veículos envolvidos foram: a motocicleta HONDA/NXR150 BROS ES (V1); e o ônibus SCANIA/K113 CL (V2). Com base na análise dos vestígios materiais identificados, constatou-se que V1 trafegava no acostamento do sentido São Bento-PB / Aparecida-PB, quando deparou-se com um caminhão parado no acostamento a sua frente, deslocou-se para a sua esquerda invadindo faixa de rolamento sentido crescente (São Bento-PB / Aparecida-PB) e colidiu lateralmente com V2 que transitava na mesma faixa e no mesmo sentido naquele momento. A colisão ocorreu na faixa de trânsito do sentido São Bento-PB / Aparecida-PB, conforme constatação de pequenos fragmentos desprendidos dos veículos. Com o impacto, V1 imobilizou-se no acostamento do sentido São Bento-PB / Aparecida-PB e V2 imobilizou-se em cima da pista de rolamento no sentido Aparecida-PB / São Bento-PB sob seus pneus. A dinâmica do acidente encontra-se representada no croqui. Conforme constatações em levantamento de local de acidente, concluiu-se que o fator principal do acidente foi a invasão da faixa de sentido São Bento-PB / Aparecida-PB, ação essa realizada por V1. Observações: O local do acidente estava preservado. A velocidade regulamentar para o trecho era de 30 km/h. A sinalização da via encontrava-se em boas condições. O local apresentava sinalização horizontal de proibição de ultrapassagem em ambos os sentidos. No momento da chegada da equipe da PRF ao local do acidente, a ambulância do SAMU estava



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 8587C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.





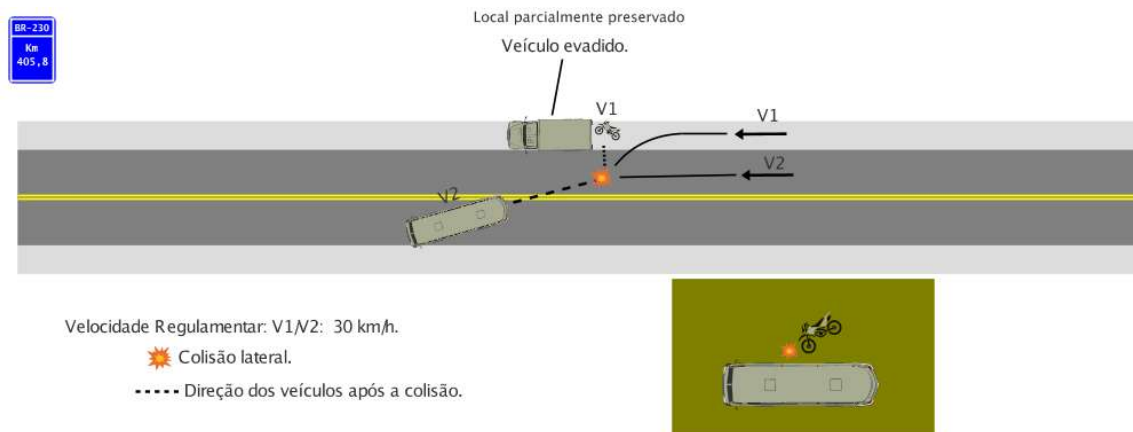
MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01

realizando os primeiros socorros ao condutor de V1. Condutor de V1 foi socorrido e encaminhado para o Hospital Regional de Pombal. V2 foi notificado pela falta de disco de diagrama de tacógrafo em seu veículo. V2 ficou sob responsabilidade de seu condutor. V1 foi entregue ao sobrinho do condutor; o sr. Joaquim Fernandes da Silva Neto, CPF: 062.752.894-57. Foi realizado teste de etilômetro no condutor de V2, cujo resultado não acusou ingestão de álcool. Não foi possível realizar teste de etilômetro no condutor de V1, pois o mesmo estava imobilizado e passando por procedimentos médicos.

CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



AMARRAÇÃO - NÃO REALIZADA

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão lateral	V1, V2
2	Queda de ocupante de veículo	V1

MARCAS NO PAVIMENTO

Evento	Veículo	Frenagem (m)	Derrapagem (m)	Arrastamento (m)
1	V1			
1	V2			
2	V1			

DANOS COLATERAIS - NÃO HOUE

APOIO EXTERNO

Tipo de Órgão	Solicitação	Comparecimento
---------------	-------------	----------------



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.f.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01

IMAGENS COMPLEMENTARES



V1 - VEÍCULO 1 - NPX3090 - MOTOCICLETA

V1 - Informações

Placa: NPX3090	Marca/modelo: HONDA/NXR150 BROS ES	Renavam: 00176032150
Ano fabricação: 2009	Chassi: 9C2KD04209R046656	Tipo de veículo: Motocicleta
Espécie: Passageiro	Categoria: Particular	Cor: Vermelha
Manobra no momento do acidente: Entrando na via		

V1 - Encaminhamento

Motivo: Ausência de responsável
Tipo de Receptor: Outro
Informações complementares: Motocicleta entregue à Joaquim Fernandes da Silva Neto, CPF: 062.752.894-57, sobrinho do condutor.



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.f.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01

V1 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V1 / HONDA/NXR150 BROS ES

Placa: NPX3090

Nº BOAT: 18069378B01

Nome do Agente: J. RAPOSO

Matrícula do Agente: 1969628

Data: 07/12/2018

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Garfo dianteiro			X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira			X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira			X	
4	Coluna de direção			X	
5	Chassi			X	
6	Garfo traseiro			X	
7	Eixo traseiro (triciclos)			X	

Dano de Montagem: Pequena

V1 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA



IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.

191





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01

V1 - Proprietário

Nome: JOSE FERNANDES DE LUCENA
Email:
Endereço: POMBAL-PB

CPF/CNPJ: 291.579.004-34
Telefone:

V1C - CONDUTOR DE V1 - JOSE FERNANDES DE LUCENA

V1C - Informações

Nome: JOSE FERNANDES DE LUCENA
CPF: 291.579.004-34
sexo: Masculino
Usava capacete: Sim

Data de Nascimento: 02/02/1952
Estado civil: Casado(a)
Estado físico: Lesões Graves

V1C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria: B
UF: PB
Observações CNH: 99

Primeira habilitação: 28/12/1985
Vencimento da habilitação: 01/11/2021

Nº Registro: 05340331201
Motorista profissional: Não

V1C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não
Visíveis sinais de embriaguez: Não

Condutor se recusou a realizar o teste: Não
Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V1C - Dados do Contato

Endereço: RUA JOAO PEREIRA DE MENDONCA, 40, CASA, PETROPOLIS, POMBAL-PB
Telefone: 83 996037777

Email:

V1C - Encaminhamento

Motivo: Socorro médico
Informações complementares: Condutor socorrido para Hospital Regional de Pombal.

Tipo de Receptor: SAMU

V2 - VEÍCULO 2 - HVN6071 - ÔNIBUS

V2 - Informações

Placa: HVN6071 Marca/modelo: SCANIA/K113 CL
Ano fabricação: 1990 Chassi: 9BSKC4X2ZL3459023
Espécie: Passageiro Categoria: Aluguel

Renavam: 00161990940
Tipo de veículo: Ônibus
Cor: Branca

Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento
Informações complementares: Veículo funcionando perfeitamente. Ficou sob responsabilidade do condutor.

V2 - Cronotacógrafo



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01



Obrigatório para este tipo de veículo: Sim

Presente: Não



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.fgov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.

191





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01



V2 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V2 / SCANIA/K113 CL

Placa: HVN6071

Nº BOAT: 18069378B01

Nome do Agente: J. RAPOSO

Matrícula do Agente: 1969628

Data: 07/12/2018

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
2	Avaria em qualquer um dos eixos	M		X	
3	Dano em qualquer componente do Sistema de freios.	M		X	
4	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
5	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina	M		X	
6	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas	M		X	
7	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
8	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
9	Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longarinas	G		X	
10	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão	M		X	
11	Avaria na estrutura das laterais ou do teto afetando o posto do condutor.	M		X	
12	Avaria na estrutura afetando a coluna "B" da carroçaria.	M		X	
13	Avaria na estrutura afetando qualquer ponto de fixação das poltronas/bancos.	M		X	
14	Avarias na estrutura das laterais ou do teto atingindo o compartimento interno dos passageiros podendo ultrapassar o plano que passa pela linha de referência do peitoral (parte inferior das janelas).	M		X	
15	Estrutura com deformação vertical, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroçaria com o chassi	M		X	
16	Estrutura com deformação lateral, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroçaria com o chassi	M		X	
17	Região da carroçaria e/ou do chassi termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi.	M		X	
18	Região do chassis termicamente afetada com dimensão maior que a 2/3 do comprimento do chassi.	G		X	

Dano de Monta: Pequena



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.

191





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01



V2 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA



IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.f.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.

191





MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 18069378B01

V2 - Proprietário

Nome: ELTON EDUARDO DA SILVA SOUSA
Email:
Endereço: POMBAL-PB

CPF/CNPJ: 709.160.784-85
Telefone:

V2C - CONDUTOR DE V2 - RODOLFO CARLOS GUABERTO

V2C - Informações

Nome: RODOLFO CARLOS GUABERTO
CPF: 068.672.174-86
sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

Data de Nascimento: 17/06/1987
Estado civil:
Estado físico: Ileso

V2C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria: AD
UF: PB
Observações CNH: 15

Primeira habilitação: 23/03/2011
Vencimento da habilitação: 08/05/2019

Nº Registro: 05166185633
Motorista profissional: Não

V2C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Sim
Visíveis sinais de embriaguez: Não
Resultado obtido: 0,0 mg/l

Condutor se recusou a realizar o teste: Não
Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V2C - Dados do Contato

Endereço: RUA LEONIDAS HENRIQUE FORMIGA, 246, CASA, VIDA NOVA, POMBAL-PB
Telefone:
Email:



Documento assinado eletronicamente por J. RAPOSO, matrícula 1969628, Policial Rodoviário Federal, em 07/12/2018, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 18069378B01 e o número de controle 85887C3E7D7789F4A13F8C1862C0FF.



Hospital:

Casa de Saúde Bom Jesus Ltda.

Nome do Paciente:

Goi. Fernandes de Lencop

Nº Prontuário:

Data Operação:

Enf.:

Leito:

Cirurgião:

Fábio Fernandes

1º Auxiliar:

Diego Seachey

2º Auxiliar:

Ivan Fernandes

3º Auxiliar:

Instrumentador:

Anestesia:

Alber

Tipo de Anestesia:

Sedação + local

Diagnóstico Pré-Operatório:

Fratura do braço distal do rádio (D)

Tipo de Operação:

RFFI

Diagnóstico Pré-Operatório:

O novo.

Relatório Imediato do Patologista:

Novo bone

Exame Radiológico no ato:

Sim.

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecio Visceras

- 1) Bloqueio com OBT no braço e bloqueio local
- 2) Anestesia e anti-épis. c/ tetrac
- 3) Abordagem de cortejo exteio
- 4) Redução fechada de fratura e fixação com 03 fios de Kirschner
- 5) Controle radiológico intraop.
- 6) Fals. deus ferac

Dr. Isaias Fernandes

CRM/PB 7834

TEOT 14249

RELATÓRIO DE CIRURGIA

Gratific. Especial - Portaria PB 3579/2025 (17/12/25)





CASA DE SAÚDE BOM JESUS LTDA

Atto
not. públ.

Nome: José Fernando de Lucena
Sexo: masculino Data de Nascimento: 02/02/52
Endereço: R. São Pereira de Mendonça, nº 40, Rm 401
Fone: 99603-7777 Médico: Dr. Tiago
Convênio: Portucel Data: 12/12/18

Anamnese: Paciente vítima de acidente automobilístico
em 06/12/18, resultando com lesões e deformidade em
punho direito

Antecedentes Pessoais e Familiares:

Exame Físico:

Do, exame e lesões físicas em punho (D)

Exames Complementares:

Diagnóstico:

Fratura do 1º carpiano do punho (D)

Tratamento:

RFT

Gráfica Marques - Santa/PB 3521-1515 (1170813)

Nº 12227

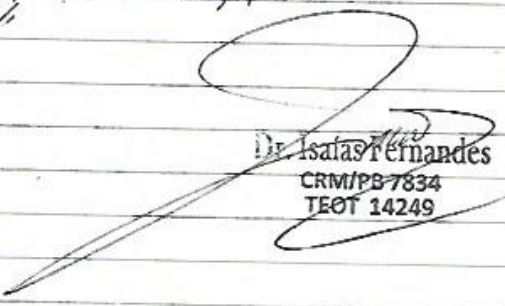
Dr. Tiago Fernandes
CRM/PB 7834
TEOT 14249
Médico Responsável





NOME: João Fernando de Lima LEITO: 02

FOLHA DE PRESCRIÇÃO

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	OBSERVAÇÕES
12/12/18	(1) Difer. Inicial	
	(2) Ceftriaxona → 1g/amp + 100ml (v), 6/6h	10 10 22 04
	(3) Difenhydramina → 10mg + 100ml (v), 6/6h	10 22 04
	(4) Analg. 400mg → 10mg + 100ml (v), 12/12h	10 04
	(5) Alta hospitalar com 17.000ml	
	(6) CECG + 12-12	
		
	Dr. Isaias Fernandes CRM/PB 7834 TEOT 14249	

Gregory Manning 3521 1515 Santa Fe Ct



CASA DE SAÚDE BOM JESUS LTDA

SOUSA - PB

EVOLUÇÃO

None:

DATA	HORA	
12/12/18		<p>HD: Fratura do fêmur distal do lado @</p> <p>Processo judicial e tratamento cirúrgico sem intercorrências.</p> <p>cd. (1) A SRPA</p> <p>(2) Após recuperação cirúrgica, seguiu evolução</p> <p>(3) Alta após 17 dias</p> <div style="text-align: right;"> <p>Fernandes</p> <p>M/PB 7834</p> <p>CEOT 142452</p> </div>

...s Fernande
 M/PB 7834
 EOT 142452



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID:

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Às 17:30 deu entrada trazida pelo SAMU, vítima
acidente ônibus 1 morte apresentando lesão
contuso-ecimótico região frontal, fratura humero (D),
e escoriações. Foi realizado Rx e sutura.

ASS./COREN: Thayse Cristine de Farias Nobrega
Enfermeira

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD):

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO
☐ 2 - APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

Anne Karelme da Costa Barbosa

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



☐ AZUL ☐ VERDE ☐ AMARELA ☐ LARANJA ☐ VERMELHA
ENFERMARIA: _____ LEITO: _____

PACIENTE:

NOME: João Hermando de Lucena
COR: _____ DATA DE NASCIMENTO: 02/02/52 IDADE: 66 SEXO: M
NOME DA MÃE: Valdeci Lucena Hermando PROFISSÃO: Aposentado
CARTÃO DO SUS: 703 001861765171 RG/CNH: _____
MUNICÍPIO: Pombal ENDEREÇO: João Pereira de Mendonça
ESTADO: CEP: 58810-000 CODIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND: 07/12/18

SINAIS VITAIS:

PA: _____ SPO: _____ FC: _____ R: _____ HGT: _____

MEDICAÇÃO EM USO: _____

ALÉRGICO: () SIM () NÃO SE SIM, AO QUE: _____

3 Paciente sofreu acidente de moto com ferimento corte-contuso de frente e espinha e fratura do punho direito.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: Pericóteo punho direito

RESULTADOS:

PRESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

- 1° ferimento corte-contuso de
- 2° frente e espinha e fratura
- 3° do punho direito.
- 4°
- 5°
- 6° Xilocaína
- 7° Monomorf 100
- 8° Tilalil 40+AD EV
- 9° Depilant AD EV
- 10° Ceftriaxona 1.0 g. to
- 11°
- 12°
- 13°
- 14°
- 15°
- 16°
- 17°
- 18°
- 19°

Dr. José Hermínio de Sousa Neto
CRM-PB 2070 CPE 142-850.084.8
Cirurgia Geral

Isayane Santos Bento
Técnica em Enfermagem
COREN-PB 001188 270

Thayse Cristine de Farias Nobrega
Enfermeira
COREN-PB 273.206





Paciente: JOSÉ FERNANDES DE LUCENA
Nº do Paciente: PB1973
Data de Nascimento: 02/02/1953
Data do Exame: 21/01/2019
Procedência: Paciente Interno
Sexo: M

RADIOGRAFIAS DIGITAIS DO PUNHO DIREITO

RELATÓRIO:

Material de osteossíntese no rádio e ulna distais representado por fios de Kirschner.

Fratura no rádio distal e do processo estilóide da ulna.

Superfícies articulares íntegras, com espaços conservados.

Partes moles sem alterações detectáveis ao método.

Assinado Eletronicamente por: Dr. Felipe Amaral CRM 45799-MG |
Médico-radiologista RQE 36420-MG CRM ES-1964-55 em Laudo
Radiológico Criado em 21/01/2019 10:29:33 GMT -3 (Brasília Time)

Este documento contém informações de saúde identificáveis que são objeto de proteção legal. Esta informação destina-se ao uso exclusivo da instituição mencionada acima. Este é um exame complementar à consulta clínica. Descrições e hipóteses diagnósticas aqui contidas não devem ser analisadas isoladamente, mas correlacionadas com as demais informações (anamnese, exame físico e outros exames) pelo médico/dentista do paciente, a quem compete, exclusivamente, concluir o diagnóstico e decidir a conduta a ser seguida. O relator se coloca à disposição do médico/dentista para quaisquer esclarecimentos necessários.

Unidade 1: Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - PB Fone: (83) 3431-2020 / 9 99989-0097
Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - PB Fone: (83) 3444-2946 / 9 9989-0237
Rua Venâncio Neiva, s/n / Centro - Catolé do Rocha - PB Fone: (83) 3441-3567 / 9 9820-2114



Nome: João Fernandes Lucena

Rum
Fluorox 500 — 2
200 ml
Noralfina 100 mg — 2
200 ml
2/17/18
07/12/18
Dr. José Maximiano de Sousa Neto
CRM-PB 27040/2012 - RCD 0330/2014
Cirurgião Geral
Médico

"Tudo posso naquele que me fortalece"

Nome do Paciente: João Fernandes de Lucena

Encaminhamento
Devido a história de
trauma com fratura de
apresenta fratura de rádio
distal e acometimento intra-
articular.

10/12/18
DATA
Dr. José Maximiano de Sousa Neto
CRM-PB 27040/2012 - RCD 0330/2014
Cirurgião Geral
Assinatura do Médico
Rua Cel. João Leite 294 - Centro - Fone (83) 3431-2149 - Pombal - PB.
"Tudo posso naquele que me fortalece"





Hospital Regional de Pombal Senador "Rui Carneiro"

CNPJ: 08.778.268/0004-03

Rua Cel. João Leite 294 - Centro - Fone (83) 3431-2149 - Pombal - PB.



RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: Dr. José Hermínio de Sousa Neto

CRM: 2070 UF: PB Nº: 132.550.964/7

Endereço: R. R. Ferreira

Cidade: POMBAL

1ª Via Farmácia
2ª Via Paciente

Dr. José Hermínio de Sousa Neto
CRM-PB - 2070 - CPF: 132.550.964/7
Assinatura do Médico

CARIMBO DO MÉDICO

Paciente: Requena de Sousa

Endereço: R. R. Ferreira

Prescrição: 2 tabletes 500 - B

Am. 400ml

Data: 07/12/18

Dr. José Hermínio de Sousa Neto
CRM-PB - 2070 - CPF: 132.550.964/7
Assinatura do Médico

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____

Ident.: _____ Org. Emissor: _____

End.: _____

Cidade: _____ UF: _____

Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico _____ Data ____/____/____





DR. TIAGO ANTÔNIO FERNANDES
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA - CRM 5764/PB

RECIBO MÉDICO

VALOR: R\$ 1.700,00

TIAGO ANTONIO FERNANDES, CRM 5764/PB, CPF 021.863.534-66, declaro ter recebido do(a) Sr.(a) José Fernandes de Lucena C.P.F n291.579.004-34 a importância de R\$ 1.700,00 (Hum Mil e Setecentos Reais) referente ao pagamento de procedimento cirúrgico no(a) Sr.(a) , CPF n

Sousa, 12 de Dezembro de 2018.

Dr. Tiago Antônio Fernandes
CRM-PB 5764
Ortopedia, Traumatologia e
Cirurgia da Coluna


Dr. TIAGO ANTONIO FERNANDES
CRM 5764/PB





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
08.999.674/0001-53
RUA CORONEL JOSÉ GOMES DE SÁ, 27 - CENTRO
TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - (NFS-e)

Número 000004602	Emissão 12/12/2018 14:30:03	Autenticidade 22289TE1033910511E2I 																																				
PRESTADOR DE SERVIÇO CNPJ: 02.093.155/0001-45 Insc. Municipal: 6453 Insc. Estadual: Razão Social: CENTRALMEDIC - CENTRO MEDICO E RADIOLOGICO DE SOUSA LTDA E-mail: centralmedic1@hotmail.com Telefone: 3522-2317 Endereço: R DEOCLECIANO PIRES, 12, , CENTRO, Município/UF: SOUSA/PB, CEP: 58801530																																						
TOMADOR DE SERVIÇO CPF: 291.579.004-34 Insc. Municipal: 0 Insc. Estadual: Nome: JOSE FERNANDES DE LUCENA E-mail: Telefone: 81 98615-2271 Endereço: RUA: JOÃO PEREIRA DE MENDONÇA, 40, , PETROPOLIS, Município/UF: POMBAL - PB, CEP: 58800040																																						
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS REFERENTE A EXAME DE RAIOS X DO PUNHO DIREITO.																																						
ITEM 116/ATIVIDADE ECONÔMICA: / 0801030 - SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE, EXCETO RESSONANCIA M LOCAL DA PRESTAÇÃO: SOUSA/PB TIPO DE RECOLHIMENTO: A RECOLHER TRIBUTAÇÃO: Tributável Simples Nacional																																						
<table border="0"><tr><td>VALOR NOTA:</td><td>150,00</td><td>COPINS:</td><td>0,00</td><td>TOTAL RETENÇÕES:</td><td>0,00</td></tr><tr><td>VALOR DEDUÇÃO:</td><td>0,00</td><td>INSS:</td><td>0,00</td><td>VALOR LÍQUIDO:</td><td>150,00</td></tr><tr><td>BASE DE CÁLCULO:</td><td>150,00</td><td>CSLL:</td><td>0,00</td><td></td><td></td></tr><tr><td>ALÍQUOTA:</td><td>0,00%</td><td>IR:</td><td>0,00</td><td></td><td></td></tr><tr><td>VALOR ISSQN:</td><td>0,00</td><td>PIS:</td><td>0,00</td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td></td><td>OUTROS:</td><td>0,00</td><td></td><td></td></tr></table>			VALOR NOTA:	150,00	COPINS:	0,00	TOTAL RETENÇÕES:	0,00	VALOR DEDUÇÃO:	0,00	INSS:	0,00	VALOR LÍQUIDO:	150,00	BASE DE CÁLCULO:	150,00	CSLL:	0,00			ALÍQUOTA:	0,00%	IR:	0,00			VALOR ISSQN:	0,00	PIS:	0,00					OUTROS:	0,00		
VALOR NOTA:	150,00	COPINS:	0,00	TOTAL RETENÇÕES:	0,00																																	
VALOR DEDUÇÃO:	0,00	INSS:	0,00	VALOR LÍQUIDO:	150,00																																	
BASE DE CÁLCULO:	150,00	CSLL:	0,00																																			
ALÍQUOTA:	0,00%	IR:	0,00																																			
VALOR ISSQN:	0,00	PIS:	0,00																																			
		OUTROS:	0,00																																			
OUTRAS INFORMAÇÕES Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e). Lei:023/2002 - Decreto: 139/2010 Competência: OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL http://contribuinte.sousa.pb.gov.br																																						


CPNF2013012





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
08.999.674/0001-53
RUA CORONEL JOSÉ GOMES DE SÁ, 27 - CENTRO
TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA - (NFS-e)

Número	Emissão	Autenticidade
000007310	03/01/2019 10:25:30	9310N33APP23A31A909N 

PRESTADOR DE SERVIÇO

CNPJ: 41.121.708/0001-88 Insc. Municipal: 5062 Insc. Estadual:
Razão Social: CASA DE SAUDE BOM JESUS LTDA
E-mail: 0 Telefone:
Endereço: R DEOCLECIANO PIRES, 14, , CENTRO, Município/UF: SOUSA/PB, CEP: 58801530

TOMADOR DE SERVIÇO

CPF: 291.579.004-34 Insc. Municipal: 0 Insc. Estadual:
Nome: JOSÉ FERNANDES DE LUCENA
E-mail: Telefone: 99603-7777
Endereço: RUA: JOÃO PEREIRA DE MENDONÇA, 40, , PETRÓPOLIS, Município/UF: POMBAL - PB, CEP: 58840000

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

REFERENTE A DESPESAS HOSPITALARES DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE ORTOPEDIA DO MESMO.

ITEM 116/ATIVIDADE ECONÔMICA:

0 / 0801044 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMEN
LOCAL DA PRESTAÇÃO: SOUSA/PB
TIPO DE RECOLHIMENTO: A RECOLHER
TRIBUTAÇÃO: Tributável

VALOR NOTA:	400,00	COFINS:	0,00	TOTAL RETENÇÕES:	0,00
VALOR DEDUÇÃO:	0,00	INSS:	0,00	VALOR LÍQUIDO:	400,00
BASE DE CÁLCULO:	400,00	CSLL:	0,00		
ALÍQUOTA:	3,00%	IR:	0,00		
VALOR ISSQN:	12,00	PIS:	0,00		
		OUTROS:	0,00		

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e). Lei:023/2002 - Decreto: 139/2010
Competência:
<http://contribuinte.sousa.pb.gov.br>

DNFSE/032012





Paciente: JOSÉ FERNANDES DE LUCENA
Nº do Paciente: P-201812101007
Data de Nascimento: 02/02/1953
Data do Exame: 10/12/2018
Sexo: M

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MULTISLICE DA COLUNA CERVICAL

INDICAÇÃO CLÍNICA:

Cervicobraquialgia após trauma a esclarecer.

TÉCNICA:

Exame realizado em aparelho de tomografia computadorizada, com colimação, filtros e reconstruções específicas para o segmento de interesse, sem a administração endovenosa do meio de contraste.

RESULTADO:

Alterações degenerativas da articulação atlantodental, caracterizadas por osteófitos marginais.

Retificação com tendência a inversão da curvatura cervical em decúbito.

Anterolistese degenerativa grau I de C2-C3.

Alterações degenerativas nos platôs apostos de C3-C4 a C6-C7, caracterizadas por esclerose óssea subcortical.

Demais corpos vertebrais alinhados, com alturas e coeficientes de atenuação preservados.

Não se observam fraturas.

Uncoartrose à esquerda em C2-C3 e bilateral em C3-C4, C4-C5, C5-C6 e C6-C7, determinando redução da amplitude dos forames neurais, notadamente em C5-C6.

Nível C2-C3: Não se observam abaulamentos ou protrusões discais significativas.

Níveis C3-C4 e C4-C5: Mínimas protrusões discais de base larga.

Nível C5-C6: Complexo disco osteofitário posterior de base larga, que comprime a face ventral do saco dural, determinando estenose do canal vertebral.

Nível C6-C7: Protrusão discal de base larga, determinando leve compressão dural.

Os demais forames de conjugação estudados são livres e apresentam amplitudes usuais.





Paciente: JOSÉ FERNANDES DE LUCENA
Nº do Paciente: P-201812101007
Data de Nascimento: 02/02/1953
Data do Exame: 10/12/2018
Sexo: M

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA MULTISLICE DA COLUNA CERVICAL

INDICAÇÃO CLÍNICA:

Cervicobraquialgia após trauma a esclarecer.

TÉCNICA:

Exame realizado em aparelho de tomografia computadorizada, com colimação, filtros e reconstruções específicas para o segmento de interesse, sem a administração endovenosa do meio de contraste.

RESULTADO:

Alterações degenerativas da articulação atlantodental, caracterizadas por osteófitos marginais.

Retificação com tendência a inversão da curvatura cervical em decúbito.

Anterolistese degenerativa grau I de C2-C3.

Alterações degenerativas nos platôs apostos de C3-C4 a C6-C7, caracterizadas por esclerose óssea subcortical.

Demais corpos vertebrais alinhados, com alturas e coeficientes de atenuação preservados.

Não se observam fraturas.

Uncoartrose à esquerda em C2-C3 e bilateral em C3-C4, C4-C5, C5-C6 e C6-C7, determinando redução da amplitude dos forames neurais, notadamente em C5-C6.

Nível C2-C3: Não se observam abaulamentos ou protrusões discais significativas.

Níveis C3-C4 e C4-C5: Mínimas protrusões discais de base larga.

Nível C5-C6: Complexo disco osteofitário posterior de base larga, que comprime a face ventral do saco dural, determinando estenose do canal vertebral.

Nível C6-C7: Protrusão discal de base larga, determinando leve compressão dural.

Os demais forames de conjugação estudados são livres e apresentam amplitudes usuais.

Unidade 1: Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - PB Fone: (83) 3431-2020 / 9 99989-0097
Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - PB Fone: (83) 3444-2946 / 9 9989-0237
Unidade 3: Rua Venâncio Neiva, s/n / Centro - Catolé do Rocha - PB Fone: (83) 3441-3567 / 9 9820-2114





CONCLUSÃO:

Alterações degenerativas da articulação atlantodental.

Retificação com tendência a inversão da curvatura cervical em decúbito.

Anterolistese degenerativa grau I de C2-C3.

Espondilodiscoartrose multissegmentar, determinando estenose do canal vertebral em C5-C6, bem como de múltiplos forames neurais, pormenorizados acima.

Assinado Eletronicamente por: Dra. Simone Botelho Alvarenga CRM 49522-MG | Médico-radiologista RQE 31699-MG CRM ES-1964-55 em Laudo Radiológico Criado em 10/12/2018 15:33:12 GMT -3 (Brasília Time)

Este documento contém informações de saúde identificáveis que são objeto de proteção legal. Esta informação destina-se ao uso exclusivo da instituição mencionada acima. Este é um exame complementar à consulta clínica. Descrições e hipóteses diagnósticas aqui contidas não devem ser analisadas isoladamente, mas correlacionadas com as demais informações (anamnese, exame físico e outros exames) pelo médico/dentista do paciente, a quem compete, exclusivamente, concluir o diagnóstico e decidir a conduta a ser seguida. O relator se coloca à disposição do médico/dentista para quaisquer esclarecimentos necessários.

Unidade 1: Coronel João Carneiro, 368 / Centro - Pombal - PB Fone: (83) 3431-2020 / 9 99989-0097
Unidade 2: Rua Padre Sandoval Ferrer, s/n / Centro - São Bento - PB Fone: (83) 3444-2946 / 9 9989-0237
Unidade 3: Rua Venâncio Neiva, s/n / Centro - Catolé do Rocha - PB Fone: (83) 3441-3567 / 9 9820-2114



Google Rede DPVAT- Sabemi S/A Seguradora Líder-DPVAT Acomp...

https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

documentação completa.

SINISTRO 3190350084 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE FERNANDES DE LUCENA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Matriz II
BENEFICIÁRIO JOSE FERNANDES DE LUCENA
CPF/CNPJ: 29157900434

Posição em 13-06-2019 16:01:46
O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.
Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
11/06/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



Google Rede DPVAT- Sabemi S/A Seguradora Líder-DPVAT Acomp Baixar o arquivo | iLovePDF

https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

SINISTRO 3190350047 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE FERNANDES DE LUCENA
COBERTURA DAMS
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi
Seguradora S/A-Matriz II
BENEFICIÁRIO JOSE FERNANDES DE LUCENA
CPF/CNPJ: 29157900434

Posição em 13-06-2019 16:07:09
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.
Data do Pagamento: XX/XX/XXXX
Valor da Indenização: R\$00.000,00
Juros e Correção: R\$00.000,00
Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
06/06/2019	R\$ 1.645,41	R\$ 0,00	R\$ 1.645,41

Valor recebido da i....pdf

Exibir todos

16:09
13/06/2019





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190350084

Vítima: JOSE FERNANDES DE LUCENA

Data do Acidente: 07/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSE FERNANDES DE LUCENA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos
25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: JOSE FERNANDES DE LUCENA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000732

Conta: 0000029268-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190350047

Vítima: JOSE FERNANDES DE LUCENA

Data do Acidente: 07/12/2018

Cobertura: DAMS

Procurador: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JOSE FERNANDES DE LUCENA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: JOSE FERNANDES DE LUCENA

Valor: R\$ 1.645,41

Banco: 104

Agência: 000000732

Conta: 0000029268-2

Tipo: CONTA POUPANÇA

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01107/01108 - carta_12 - DAMS

00020554





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

1ª VARA MISTA DA COMARCA DE POMBAL

Processo: 0801437-58.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Seguro]

AUTOR: JOSE FERNANDES DE LUCENA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Analisando a petição inicial, vislumbro que a presente demanda foi distribuída sob o rito do procedimento comum, tendo a parte autora requerido a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita.

Nesse sentido, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe que *"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"*.



Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.

A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece presunção relativa da hipossuficiência, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC.

Posto isso, e a fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte sobrejacente, conforme faculta o art. 99, § 2º do CPC, e observado o disposto na Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ, determino a juntada, no prazo de 15 (quinze) dias, dos seguintes documentos:

1) declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ);

2) o último comprovante de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria (contracheque);

3) CTPS (inclusive a parte do contrato de trabalho);

4) extratos dos últimos 3 (três) meses da(s) conta(s) bancária(s) de titularidade da parte autora;

5) Caso tenha se declarado empresário(a), a documentação referente à empresa; Caso se trate de aposentado, o extrato de benefício; ou ainda cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso se autodeclare agricultor;

6) Cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses;

7) Guia das custas (art. 1º, §3º da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ).



Pode a parte requerente informar e comprovar seus eventuais gastos, caso existam.

Caso qualquer dos documentos acima não possa ser apresentado, deve a sobredita parte informar e comprovar, de modo fundamentado, a impossibilidade de sua apresentação, sob pena de indeferimento do pedido.

Caso não possua qualquer comprovante de rendimento formal, deve declarar, sob as penas legais, sua renda.

Intime-se a parte autora.

Nos termos do ART. 102 DO CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS, da Douta Corregedoria de Justiça da Paraíba, confiro a esta decisão força de mandado/ofício para as providências necessárias ao seu cumprimento.

Cumpra-se.

Pombal/PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz de Direito



**EXCELENTÍSSIMA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DESTA
COMARCA DE POMBAL - PARAÍBA.**

JOSE FERNANDES DE LUCENA, qualificado nos autos, cumprindo despacho retro, através de seu bastante e único advogado, requerer juntada dos extratos bancários, comprovando assim, renda de 01 (um) salário de aposentadoria.

Informa ainda que, não possui cartão de crédito e deixa de juntar comprovação do INSS tendo em vista não conseguir realizar o cadastro junto aquela autarquia.

Requer mais uma vez, os benefícios da justiça gratuita, por não possuir condições financeiras para tal.

Termo em que,

Pede deferimento.

POMBAL – PB, 24 de julho de 2020.

Carlos Evandro Rabelo de Queiroga

Advogado OAB/PB 21.101







AUTOATENDIMENTO - AG. POMBAL

DATA: 22/07/2020

HORA: 09:51:10

TERMINAL: 07321788

CONTROLE: 073217880178

AGÊNCIA: 0732 - POMBAL

CONTA: 013.00029268-2

CLIENTE: JOSE FERNANDES DE LUCENA

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR 1.112,94C

Julho

01/07	011151	SAQUE ATM	1.044,00C
01/07	011153	SAQUE ATM	50,00C

RESUMO EM 21/07

SALDO 18,94C

RESUMO DO DIA

SALDO DISPONÍVEL 18,94C

SALDO BLOQUEADO 0,00

SALDO TOTAL 18,94C



AUTOATENDIMENTO - AG. POMBAL

DATA: 22/07/2020

TERMINAL: 07321788

HORA: 09:48:07

CONTROLE: 073217880169

AGÊNCIA: 0732 - POMBAL

CONTA: 013.00029268-2

CLIENTE: JOSE FERNANDES DE LUCENA

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR 1.567,82C

Junho

01/06	000000	REM BASICA	0,00C
01/06	300809	SAQUE ATM	1.500,00C
28/06	000000	REM BASICA	0,00C
28/06	000000	CRED JUROS	0,12C
29/06	615400	CRED INSS	1.045,00C

RESUMO EM 30/06

SAI DO

1.112,94C



AUTOATENDIMENTO - AG. POMBAL

DATA: 22/07/2020

TERMINAL: 07321788

HORA: 09:48:49

CONTROLE: 073217880172

AGÊNCIA: 0732 - POMBAL

CONTA: 013.00029268-2

CLIENTE: JOSE FERNANDES DE LUCENA

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR 0,32C

Maio

01/05	000000	REM BASICA	0,00C
28/05	615400	CRED INSS	1.567,50C

RESUMO EM 31/05

SALDO 1.567,82C







Poder Judiciário da Paraíba

1ª Vara Mista de Pombal

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Seguro]

Número do processo: 0801437-58.2019.8.15.0301

AUTOR: JOSE FERNANDES DE LUCENA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

1.Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, DEFIRO o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do NCPC.

2.Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a parte demandada não costuma promover autocomposição.

3.Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.

4.Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta.

Expedientes necessários.



Pombal, data e assinatura eletrônicas.

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
1ª Vara Mista de Pombal

PROCESSO Nº 0801437-58.2019.8.15.0301
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Seguro]

AUTOR: JOSE FERNANDES DE LUCENA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE CITAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Mista de Pombal manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte ,
Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO -
R J - C E P : 2 0 0 3 1 - 2 0 5
CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta .

POMBAL, em 30 de julho de 2020.

IVANOSKA SALGADO DE ASSIS BANDEIRA

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
XXXXXXXXXXXXXX

